

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.067 - AL (2018/0295976-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : SINDIFISCO NACIONAL - SIND. NAC. DOS AUD. FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADOS : SÉRGIO LUDMER E OUTRO(S) - PE021485
MARCOS HENRIQUE FEITOSA MACIEL - AL009528

DECISÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 03/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Trata-se de agravo interno (fls. 210/213) apresentado contra decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SENTENÇA PROFERIDA ANTES DA VIGÊNCIA DO CPC/2015. APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO CPC/1973. ALEGADA INCIDÊNCIA DA DISPOSIÇÃO CONTIDA NO ART. 29 DA LEI Nº 13.327/2016. NÃO CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

A agravante sustenta, em suma, que: a) "ao apreciar o REsp 1.520.710/SC, submetido ao rito dos recursos repetitivos, a Corte Especial do STJ assentou que, na vigência do CPC/1973, é possível a cumulação da verba honorária fixada nos embargos à execução com a arbitrada na própria execução contra a Fazenda Pública, sendo vedada, contudo, a compensação entre ambas" (fl. 211); e b) "deve-se reconhecer que o entendimento do TRF se encontra em desarmonia com a jurisprudência do STJ que estabelece a impossibilidade de compensação da verba honorária fixada nos embargos à execução com a arbitrada na própria execução" (fl. 212).

Requer a reconsideração da decisão agravada ou, sucessivamente, o provimento do agravo interno.

O agravado pleiteia a manutenção da decisão agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Observa-se que a decisão agravada de fls. 203/206, ao reputar incidente as regras do regime jurídico previsto no CPC/1973 acerca de honorários advocatícios (em detrimento da disciplina introduzida pelo CPC/2015), reconheceu a possibilidade de

Superior Tribunal de Justiça

compensação do crédito de honorários advocatícios de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em favor da União, com o crédito cabível aos substituídos do sindicato agravado nos autos da execução que estes movem em face do referido ente público. Assim, ao negar provimento ao recurso especial da União, o *decisum* agravado ratificou a compensação permitida pelas instâncias ordinárias.

De seu turno, o ente público agravante aponta a necessidade de se aplicar o entendimento adotado quando do julgamento do REsp 1.520.710/SC, submetido à sistemática dos recursos repetitivos (de minha relatoria, Corte Especial, julgado em 18/12/2018, REPDJe 02/04/2019, DJe 27/02/2019).

Com efeito, no aludido precedente, firmou-se orientação no sentido de vedar a compensação entre a verba honorária fixada nos embargos à execução com a arbitrada na própria execução contra a Fazenda Pública. Em razão da importância da decisão e de sua especial eficácia vinculativa, transcreve-se a respectiva ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 DO STJ. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CONCOMITÂNCIA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUTONOMIA RELATIVA DAS AÇÕES. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS EM CADA UMA DELAS. POSSIBILIDADE. COMPENSAÇÃO DAS VERBAS HONORÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. O presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 2/STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

TESES JURÍDICAS FIXADAS SOB VIGÊNCIA DO CPC/1973.

2. Os embargos do devedor são ação de conhecimento incidental à execução, razão porque os honorários advocatícios podem ser fixados em cada uma das duas ações, de forma relativamente autônoma, respeitando-se os limites de repercussão recíproca entre elas, desde que a cumulação da verba honorária não exceda o limite máximo previsto no § 3º do art. 20 do CPC/1973.

3. Inexistência de reciprocidade das obrigações ou de bilateralidade de créditos: ausência dos pressupostos do instituto da compensação (art. 368 do Código Civil). Impossibilidade de se compensarem os honorários fixados em embargos à execução com aqueles fixados na própria ação de execução.

SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO

4. Possibilidade de cumulação da verba honorária fixada nos embargos à execução com a arbitrada na própria execução contra a Fazenda Pública, vedada a compensação entre ambas.

5. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 543-C do CPC/1973 c/c o art. 256-N do RISTJ.

(REsp 1520710/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2018, REPDJe 02/04/2019, DJe 27/02/2019) (grifou-se)

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, reputando aplicável ao caso dos autos o regime jurídico do CPC/1973 no tocante à disciplina dos honorários advocatícios (**afastando-se, portanto, a incidência das regras do CPC/2015 pretendida pela União** pelos motivos expostos na decisão agravada de fls. 203/206), impõe-se, contudo, a reforma do acórdão recorrido para afastar a compensação da verba honorária devida à União, então autorizada pelas instâncias ordinárias.

Diante do exposto, **reconsidero a decisão agravada** e, em juízo de retratação (art. 1.021, § 2º, do CPC/2015), dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

